

---

# Coronelismo e carreira docente em Minas Gerais

ELIANA DE OLIVEIRA\*

---

## Resumo

*O objetivo deste artigo é discutir sobre a influência da política coronelística no processo de organização do trabalho dos professores públicos primários em Minas Gerais nos anos iniciais do período republicano. Parte-se da premissa de que as reformas do ensino empreendidas pelos governantes mineiros nas primeiras décadas do regime republicano, para além de reorganizar os tempos e espaços escolares, numa perspectiva mais racional da divisão do trabalho, não se fizeram sem ocorrência de intensos conflitos entre professores e autoridades locais, como consequência da ingerência política na organização da carreira docente. Minha principal hipótese é a de que as tensões entre as dificuldades materiais para o exercício do magistério e a acentuada interferência política no cotidiano das relações escolares contribuiu para certa vulnerabilidade na constituição da carreira, devido, principalmente, ao predomínio das ações de clientelismo e mandonismo na escola pública primária. A análise das relações escolares se fundamentou na teorização de Norbert Elias, dando visibilidade à dinâmica relacional de interdependência presente no processo de escolarização e problematizando, assim, a existência de equilíbrios diferenciados de poder entre professores e chefes políticos locais. As principais fontes utilizadas foram os documentos que se encontram no Arquivo Público Mineiro, como as correspondências enviadas a Secretaria do Interior, contendo cartas de professores, diretores de grupos escolares e relatórios de inspetores sobre o cotidiano do trabalho docente.*

**Palavras chave:** *Profissão docente. Clientelismo. Mandonismo.*

---

\* Pedagoga (2007) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2011), Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

# Introdução

Nas primeiras décadas do período republicano, as escolas públicas primárias, também eram chamadas de aulas ou cadeiras de instrução pública e funcionavam em locais variados, que iam desde a própria residência do professor até casas ou galpões alugados pelos docentes, espaços doados pela comunidade ou prédios públicos. Gradativamente o governo mineiro começou a organizar as escolas reunidas, cujas aulas do mesmo sexo, criadas nas sedes dos municípios, funcionavam em um só prédio. No entanto, a organização que se fazia era a mesma das escolas isoladas, ou seja, ainda não existia a seriação e cada sala representava uma cadeira com turmas que eram formadas por alunos em idades e níveis de aprendizagem diferentes.

Em 1906 temos a criação oficial dos grupos escolares, instituído mediante a Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906<sup>1</sup>, popularmente conhecida como Reforma João Pinheiro. Assim, a organização das aulas primárias foi gradativamente se modificando, até culminar na criação dos grupos, que demandavam segundo Faria Filho (2000) numa forma diferenciada de organização dos tempos e espaços escolares. Ou seja, se nas cadeiras isoladas e escolas reunidas os alunos em diferentes idades se agrupavam em uma mesma sala e normalmente sob a regência de um único professor, nos grupos escolares a principal inovação foi a proposta de organização da escola em séries. Os alunos estudavam em um mesmo prédio, porém agrupados por idade e cada sala tinha seu respectivo professor. Os conteúdos escolares passaram a ser ensinados de forma graduada, de acordo com a idade do aluno.

No entanto, os discursos produzidos nos anos iniciais do período republicano demonstram que por essa época, as escolas existentes funcionavam em situação bastante precária, com prédios e mobiliários impróprios para o ensino, além da falta de material didático.

<sup>1</sup> Apesar dos grupos escolares terem sido criados de forma legal apenas em 1906, tal ação constituiu-se parte integrante de um processo mais amplo de instituição da escola pública primária. Veiga (2008), por exemplo, apresenta dados que demonstram que, antes mesmo da criação oficial dos grupos escolares, já havia tentativas por parte de alguns gestores do ensino em experimentar uma nova forma de organização escolar. Houve inclusive a criação de dois grupos escolares no Estado: o primeiro deles na cidade de Juiz de Fora em 10 de janeiro de 1901, que ficou sob a direção do inspetor escolar Estevam de Oliveira, e o segundo fundado em 19 de janeiro de 1901 na cidade de São José de Nepomuceno, criado após a reunião de duas escolas masculinas.

Acrescenta-se ainda o fato de que em muitas escolas o número de alunos que frequentavam de fato as aulas era inexpressivo e os métodos de ensino eram considerados ineficientes. Paralelamente às difíceis condições de trabalho, o período compreendido entre 1889 e 1918 caracterizou-se por maior interferência político-partidária na organização estatal da escolarização ao mesmo tempo em que a política coronelística se destacava no cenário brasileiro. Diante das questões aqui levantadas, neste artigo o principal objetivo é discutir a interferência da política coronelística na organização do trabalho docente em Minas Gerais, nos anos iniciais do período republicano.

Por essa época, os conflitos envolvendo chefes políticos locais e professores públicos primários ocorriam com certa frequência e resultaram de acordo com Veiga (2010, p. 163) “em acusações de perseguição política, de injustiças cometidas por fechamento de escola, denúncias de ofensas, desafetos políticos, etc”. Minha principal hipótese é a de que a principal característica da regulamentação da carreira docente foi a acentuada ingerência política na escola primária, o que contribuiu para o predomínio das ações de clientelismo e mandonismo na organização do trabalho e, portanto, para certa vulnerabilidade da carreira.

Foi no arcabouço teórico conceitual elaborado pelo sociólogo Norbert Elias (1994, 2000, 2006) que busquei contribuições para o desenvolvimento deste texto. Destaca-se que os conceitos elaborados pelo autor possibilitaram a análise da dinâmica relacional de interdependência presente no processo de escolarização, sendo possível a problematização da existência de equilíbrios diferenciados de poder entre professores, agentes do governo e chefes políticos locais no processo de produção da docência como função pública.

As principais fontes utilizadas para o desenvolvimento deste artigo foram os documentos que se encontram no Arquivo Público Mineiro (APM), tais como: cartas de professores e relatório

de inspetores com notícias dos conflitos vivenciados no cotidiano escolar e as legislações elaboradas entre 1889 a 1918. Também foi dado destaque aos debates realizados na Câmara dos Deputados e Senadores e publicados nos anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), referentes ao período pesquisado.

Para o desenvolvimento das questões aqui propostas, este artigo foi dividido em duas partes. Na primeira discuto como as precárias condições de trabalho nas escolas públicas primárias nos anos iniciais da República contribuíram para acentuar os conflitos escolares envolvendo professores e gestores do ensino<sup>2</sup>. No segundo tópico, analiso como as relações de mandonismo e clientelismo político se fizeram sentir no cotidiano do trabalho docente e como as práticas advindas da política coronelística interferiram na organização da escola e da carreira docente.

<sup>2</sup> Neste artigo, a palavra “gestor” refere-se às pessoas que se ocuparam com o serviço de direção, fiscalização, organização e administração da instrução pública no período pesquisado, fossem elas inspetores do ensino, delegados literários, Secretários do Interior, ou Presidentes de Estado.

---

## Relações de poder, disputas e conflitos no cotidiano do trabalho docente

No dia 29 de setembro de 1895, os moradores da cidade de Água Limpa, município de Minas Novas, escreveram uma carta à Secretaria do Interior com acusações contra a professora Maria Virgem Avelina do Amaral. Segundo os signatários, a docente não cumpria os seus deveres e, por este motivo, pediam que Dona Maria fosse demitida do cargo de professora primária. O inspetor escolar Arthur da Fonseca Ribeiro foi designado pela Secretaria do Interior para averiguar a procedência das acusações. Após investigação, o inspetor argumentou em ofício que “a denúncia dada contra a professora tinha por causa inimizades particulares” (SI 762).

Os motivos que levaram os moradores da cidade de Água Limpa a acusarem a professora Maria Virgem Avelina do Amaral poderiam ser os mais variados, uma vez que, naquela época, transgredir as regras consideradas morais pela sociedade ou o não cumprimento das funções do exercício docente serviam como justificativa para que o professor fosse denunciado. Quando comprovada a procedência das acusações, os docentes poderiam sofrer variadas penalidades, desde pagamento de multas, abertura de processos disciplinares, até a demissão do cargo de professor público. Em relação às denúncias, vale destacar que qualquer cidadão tinha o direito de fazê-las, ou seja, moradores da localidade onde os docentes lecionavam, inspetores, párocos e autoridades locais.

Para averiguar a procedência das acusações, o mais comum era que as autoridades educacionais determinassem a abertura de um processo disciplinar e enquanto ocorriam as investigações, a escola ficava fechada. Caso fosse considerado inocente, o docente tinha o direito a reabrir a escola, além de receber os ordenados relativos ao tempo em que a cadeira se manteve fechada. O órgão que julgava os processos e emitia os pareceres sobre a conduta dos professores era o Conselho Superior, criado em 1892, mediante a Lei 41 de 03 de agosto de 1892, que substituiu o Conselho Diretor, criado ainda no período imperial.

No caso acima citado, sobre a professora de Água Limpa, a investigação realizada pelo inspetor escolar provou a inocência da docente sem ser necessária a abertura do processo. No entanto, o mais comum era a realização do julgamento perante o órgão competente, o que provocava tensão entre professores, inspetores escolares, gestores do ensino, políticos e comunidade local. Por outro lado, ao que tudo indica, grande parte dos conflitos escolares também ocorria devido às frágeis situações de trabalho nas escolas primárias. Isso porque as legislações criadas neste período estipulavam critérios para a construção de prédios, compra de mobília e o envio de materiais escolares às cadeiras de instrução

primária, no entanto, na prática, tais ações nem sempre ocorriam e muitas escolas primárias continuaram funcionando sem as devidas condições materiais.

Geralmente as aulas eram realizadas em casas ou galpões mal iluminados, na maioria das vezes alugados pelos próprios professores, havendo quase sempre a falta de quadros, mesas, bancos e material pedagógico para o ensino. A principal opção do professor, que nem sempre conseguia arcar com as despesas materiais para a manutenção de sua escola, era se queixar do prédio e do mobiliário escolar. No entanto, reclamar de maneira mais exaltada das péssimas condições de trabalho poderia gerar consequências desagradáveis para o docente. O professor Lauro de Lagos F. de Araújo, da cadeira de S. Sebastião da Estrella, município de Além Parayba, por exemplo, enviou, no dia 22 de dezembro de 1896, uma carta à Secretaria do Interior reclamando da falta de mobília em sua escola e do salário recebido, que, segundo ele, era insuficiente. Relatava o professor:

Aproximando-se a época da abertura das aulas públicas do Estado, peço a V.Excia fazer a aquisição da casa e mobílias para a escola publica sob meu cargo. De todas as escolas publica do Estado nenhuma outra merece mais os favores dos poderes públicos do que a do sexo masculino desta freguesia. (...). Pobre, sobrecarregado e de numerosa família com uma filha cursando Escola Normal, vivendo na mesma zona onde a vida e caríssima, não posso e nem devo dispor do aluguel da casa e da compra de mobília para escola publica. Além de que os 110\$000 mensais não são suficientes para assegurar a independência de um funcionário publico. Se até o dia 15 de janeiro próximo, não me forem dado a casa e a mobília para a escola, porei os meus alunos a estudarem ao tempo, visto que a casa onde resido não oferece acomodações suficientes para os que tem frequentado as aulas. (SI 746)

A carta acima, escrita pelo docente, não passou despercebida pelos gestores do ensino. Em resposta, no dia 9 de fevereiro de

1897, Henrique Diniz, Secretário do Interior no governo de Chrispim Jacques Bias Fortes, resolveu impor ao professor Lauro de Lagos a pena de admoestação, por considerar que o docente agiu com falta de respeito para com as autoridades literárias. O ofício escrito por Henrique Diniz traz o seguinte:

O Doutor Secretário d' Estado dos Negócios do Interior resolve impor a pena de admoestação ao professor público primário de cadeira de S. Sebastião da Estrella, município de Além Parayba, cidadão Lauro de Lagos F. de Araújo. Pela falta de consideração e respeito com que se houve ao redigir o ofício de 22 de dezembro do ano passado, em que prometia por os seus alunos estudando ao tempo si até 15 de janeiro ultimo não se lhe dessem casa e mobília para o funcionamento de sua escola. (SI 746)

Vale destacar que, mesmo após a criação dos grupos escolares, muitos problemas referentes às condições materiais das escolas persistiam. Apesar das construções suntuosas dos prédios dos grupos escolares, conforme destaca Faria Filho (2000), esta não era a regra. Muitas edificações, em geral as mais afastadas do centro ou em cidades pequenas, eram precárias e improvisadas. Não obstante, a instituição dos grupos escolares demandou em mudanças não apenas nas relações ente os próprios docentes, como também trouxe um novo sujeito para o cotidiano das relações ao instituir o cargo do diretor escolar.

Se por um lado, a existência do diretor facilitava em vários aspectos o trabalho desenvolvido pelos docentes, visto que era o diretor, por exemplo, quem fazia as funções antes desempenhadas pelo professor, como a matrícula dos alunos e a escrituração da escola, por outro lado, é provável que as relações escolares tenham se tornado ainda mais complexas, devido principalmente a uma possível diferença de poder entre os sujeitos envolvidos no processo de escolarização (ELIAS, 2006). No entanto, no cotidiano das relações escolares, outros motivos também levavam à

ocorrência de conflitos entre professores e governantes, como o atraso do pagamento dos salários dos docentes.

Na carta escrita pelos professores da cidade de Rio Novo, no dia 2 de agosto de 1894, os mesmos pediam providências para que fossem “pagos os nossos vencimentos de maio, junho e julho próximo passado, e bem assim para a continuação de nossos recebimentos, visto estarmos em direito” (SI 731). Em ofício datado de 27 de fevereiro de 1897, a professora Antônia Alexandrina de Araújo, da cadeira primária de Pouso Alegre, pedia auxílio do governo para o pagamento do aluguel da sua escola, uma vez que estavam “excessivamente caros os alugueis naquela cidade e faço verdadeiro sacrifício para cumprir e ter a escola em sala espaçosa e higiênica” (SI 2777). Outros docentes também se manifestavam pedindo consertos nos prédios onde funcionavam as cadeiras de instrução primária.

Um dos motivos que mais gerava os conflitos escolares era a baixa frequência de alunos nas escolas primárias. Nesse sentido, destaca-se que as legislações do ensino criadas por esta época exigiam que um número mínimo de alunos frequentasse as aulas para que as escolas de instrução pública funcionassem. Quando alguma escola apresentava número de alunos inferior ao determinado, o ensino poderia ser suspenso e a cadeira fechada, medida que causava insegurança no docente quanto à sua estabilidade no emprego. Isso porque, se o professor fosse considerado culpado pela pouca frequência de alunos, ele poderia ser demitido.

No geral, os conflitos motivados pela falta de alunos culminavam em acusações. De um lado, havia pais e inspetores que acusavam os professores de não possuírem os conhecimentos necessários ao exercício da profissão e, de outro, docentes que se defendiam dizendo que a culpa pela ausência de alunos nas suas escolas era dos pais, que não enviavam seus filhos às aulas devido ao “uso costumeiro do trabalho infantil” (VEIGA, 2009, p. 5). Na documentação referente ao ano de 1897, há uma carta enviada ao Secretário



do Interior assinada pelos fazendeiros Joaquim Batista da Silva e João Pedro Pereira e também pelo lavrador Theófilo Batista da Silva e por João José da Silveira, segundo Juiz de Paz do distrito de São José de Gorutuba, em que os signatários argumentavam que a pouca frequência de alunos na escola regida pelo professor Juscelino José d'Araújo Braga era motivada pelo docente.

Nós abaixo assinados, habitantes do Distrito de São José do Gorutuba, tendo em alto grão de apreciação a educação da mocidade, vimos, respeitosamente, ante vossa presença, pedindo serias providencias para melhorar o estado de degradação moral, em que se acha a instrução publica neste infeliz lugar, onde existe grande numero de crianças em idade escolar, más, que, entretanto, deixam de se matricular na Escola do sexo masculino deste Distrito, em consequência da péssima direção, que ultimamente lhe tem dado seu atual Professor, o cidadão Juscelino José d'Araújo Braga. [...]. O professor de quem falamos Exmo. Senhor, além de não possuir a capacidade intelectual e moral, é surdo, e vive constantemente em adiantado estado de embriagues, tornando se nervoso e grosseiro para com seus alunos, o que dá lugar a que sua escola só tenha uma frequência de 12 a 14 alunos, desta sorte, não nos merecendo confiança, não podemos entregá-lo a educação de nossos filhos. E cumpre notar, que esta pouca frequência, nem é sempre a mesma por parte de alguns alunos, devido também a falta de assiduidade do professor na aula, visto como dela se retira, quase sempre, para ir ao centro do comercio, tratar de negócios alheios a sua profissão, por ser a casa da escola assas afastada desse mesmo centro. (SI 735)

Em outra documentação, o professor Plínio Ambrosino de Ulhõa, da cadeira de Paracatu, município de Carmo da Bagagem, foi denunciado pelo inspetor escolar da localidade de não ter competência para reger a cadeira para a qual havia sido nomeado e, por este motivo, havia na sua escola frequência ilegal de alunos. Defendendo-se das acusações, o docente redigiu uma carta a Henrique Diniz, Secretário do Interior, no dia 23 de março de 1896 alegando que,

Como V. Exa está bem informado, as intrigas políticas tem perturbado ultimamente aquela sociedade. Um dos envolvidos nelas foi infelizmente meu irmão João Baptista de Ulhõa, ex-promotor da justiça. Sem que eu tivesse dado causa para tal fato, começaram os adversários de meu irmão a retirar da minha aula todos os meninos de suas famílias e das pessoas de suas relações, logo que se acentuou a luta local. Calmo e tranqüilo eu assistia aqueles lamentáveis acontecimentos, para os quais de nenhum modo contribui.

Requerida a promotoria por um formado, eu julgava que serenassem os ânimos. Vindo em férias a esta cidade e aqui adoecendo, requeri uma licença para me tratar e esperava poder voltar tranqüilo para o exercício do meu emprego, quando sou surpreendido com essa injusta denúncia. Já pode V. Exa avaliar por esta minha exposição, que se trata de uma luta política, na qual só me cabe o papel de vitima. (SI 745)

No caso dos professores Plínio Ambrosino de Ulhõa e Juscelino José d'Araújo Braga, apresentados nas documentações acima, ambos os docentes foram acusados por moradores da localidade e pelo inspetor do ensino de serem relapsos quanto ao cumprimento do trabalho, o que necessitaria de uma investigação mais detalhada para a verificação da real procedência das denúncias, uma vez que, na documentação pesquisada, vários processos disciplinares resultaram na absolvição dos docentes, devido às falsas acusações feitas contra eles. A título de exemplo, cite-se que o professor Isidro Garcia Pereira, da cadeira primária de Santa Rita de Cássia, foi submetido a processo disciplinar no dia 17 de outubro de 1898, após acusações do inspetor escolar da localidade. Em ofício enviado à Secretaria do Interior, o inspetor fazia o seguinte relato sobre o docente:

Tendo entrado no exercício de cargo de Inspetor Escolar deste município, em data de 20 do corrente, como já vos certifiquei oficialmente, é meu dever comunicar-vos que o professor Público desta cidade cidadão Isidro Garcia Pereira, vive há muito

entregue ao vício da embriagues, não tendo, por esse motivo, lecionado desde de janeiro até esta data, ficando por esta forma prejudicado a educação da mocidade. Para o pronto corretivo a este mal, espero que tomareis as providencias que o caso exige demitindo-o ou removendo-o para outro lugar, de modo que possam em breve ter um outro professor. (SI 2727)

Durante o andamento do processo, o professor apresentou provas em sua defesa, entre elas, atestado do ex-inspetor escolar e depoimentos de moradores da localidade comprovando que o docente nunca havia abandonado sua cadeira. No dia 17 de junho de 1899, o Conselho Superior emitiu parecer absolvendo o docente das acusações que lhe foram feitas, alegando que “depois de ouvir, ler e discutir as peças do processo, e considerando que, dos documentos de defesa exibidos pelo professor a que se trata, ressalta a falsidade de acusação que lhe foi feita; Resolveu considerar improcedente a denúncia dada contra o mesmo” (SI 2727).

Vale destacar que em algumas situações, as frágeis condições de trabalho somadas às tensões do cotidiano escolar, contribuíam para gerar ou agravar diversas doenças manifestadas pelo professorado, fato que, como mostrado em estudo anterior (OLIVEIRA, 2011), resultou em vários pedidos de licença médica para tratamento de saúde. Assim, pode-se pensar que, no cotidiano do exercício da profissão, tanto a intensidade das tensões escolares quanto às precariedades materiais do trabalho dificultavam o desempenho da profissão, ao mesmo passo em que davam visibilidade aos conflitos, as resistências, as lutas pelo poder e as negociações.

Outra questão a ser levantada refere-se à possibilidade dos conflitos escolares estarem relacionados com as perseguições motivadas por desafetos políticos. Isso porque as fontes consultadas indicam que a extensão das ações coronelísticas de mandonismo e clientelismo político, chegaram ao ambiente escolar, dos mais diferenciados modos, interferindo no processo de organização

da carreira docente. Daí a importância de problematizarmos a influência dos chefes políticos locais no tocante ao processo de normatização do trabalho docente e da escola pública elementar. Ou seja, de que modo as práticas políticas coronelísticas participaram da organização da escola pública primária, da carreira docente, e das práticas dos professores?

---

## Práticas de mandonismo e clientelismo político na organização do trabalho docente

José Murilo de Carvalho (1999), na intenção de esclarecer conceitos e teorias em torno dos termos mandonismo, coronelismo e clientelismo, produziu relevante estudo abordando estas categorias. Tendo como referência Vitor Nunes Leal, o autor reafirma o coronelismo como um sistema político, formado por uma ampla rede de barganhas, que envolve desde o coronel até o Presidente da República. O coronelismo também é datado historicamente, sendo um fenômeno típico da Primeira República.

Por sua vez, mandonismo e clientelismo são entendidos como característica do coronelismo, no entanto, tais fenômenos vêm sendo confundidos e empregados de forma errônea. Segundo o autor, o mandonismo “refere-se a estruturas oligárquicas e personalizadas de poder” (CARVALHO, 1999, p.133). O mandonismo perpassa toda a história política do país e exerce significativa influência na história da formação da cidadania. Segundo o autor, as relações clientelísticas “dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos e setores pobres da população” (CARVALHO, 1999, p.134-135).

Vitor Nunes Leal (1997) destaca que, nos anos iniciais da República, havia numerosa categoria de chefes políticos, indo desde o grande coronel, que dominava da sua fazenda, até o sujeito graduado, que exercia serviços na advocacia e na medicina, além de prestar serviços de cabos eleitorais dos candidatos nas campanhas políticas. Nesse cenário, nenhum chefe político aceitava perder as eleições e utilizavam diferentes estratégias para conseguir o apoio da população. Desde a concessão de favores, empréstimos financeiros, até a troca de votos por empregos ou verbas públicas poderiam ser práticas comuns nas municipalidades. Dessa forma, as práticas clientelísticas se faziam principalmente por meio de favores, tais como:

Arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter créditos em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e “preparar” testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em caso de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviços, agregados, amigos ou chefes. (LEAL, 1997, p. 299).

Outra forma de manter o apoio e a obediência da população para com o chefe local era mediante ameaças e amedrontamento, havendo inclusive a formação de grupos armados que se enfrentavam para destruir o oponente. Assim, como nas demais instituições sociais, no cotidiano escolar as tensões entre políticos locais e professores também se faziam sentir. Desde o pagamento do aluguel das casas onde os docentes lecionavam, construção

de escolas, até nomeação ou demissão de professores poderiam ocorrer devido à influência do chefe local. Some-se o fato de que “eram as propriedades dos chefes políticos que abrigavam juízes, delegados ou professoras e muitas vezes abasteciam suas despesas” (JANOTTI, 1981, p. 58).

Um exemplo de conflito envolvendo professores e mandatários locais pode ser verificado no caso do professor público Francisco Barsano de Lucas, da cadeira distrital de Buriti, município de Sete Lagoas. No dia 25 de novembro de 1894, em ofício escrito ao Secretário do Interior, o professor dizia que estava,

privado do exercício de suas funções, desde o dia 3 de fevereiro do corrente ano por um abuso sem precedente praticado pelo 3º Juiz de paz, então em exercício, Antônio Veríssimo de Oliveira, a qual no dito dia apoderando-se da chave da casa da Instrução Publica do dito lugar, com mil bravatas trancou-a ficando fechados utensílios e moveis escolares adquiridos pelos esforços do mesmo suplicante, não consentido que continuasse a lecionar, e assim, sem garantias individuais, sem casa para sua moradia e de sua família, viu-se na dura contingência de abandonar aquele recanto, que já não lhe oferecia nem segurança nem meios de subsistência e, entretanto, os atos do suplicante, sim como cidadão, sim como, professor nunca farão tais que ao menos justificassem d’alguma sorte semelhante abuso, como o atestam os documentos apresentados pelo suplicante a esta secretaria. (SI 741)

Na cidade de Rio Vermelho, município do Serro, a Secretaria do Interior teve que interferir nas desavenças entre a professora Gabriela Hermínia Lopes e o inspetor distrital Luiz Ron Pereira. A docente reclamava que o inspetor distrital a perseguia e, por vingança política, havia lhe negado o certificado de cumprimento dos deveres durante o mês de junho de 1896. O inspetor Ângelo Ribeiro de Miranda foi designado para investigar a procedência das denúncias. Finda as investigações, o inspetor municipal escreveu um relatório à Secretaria do Interior afirmando que a professora,

D. Gabriella Hermínia Lopes, cumpre seus deveres quanto a assiduidade e instrução de seus alunos, mas deixa de cumprilos, não respeitando e nem reconhecendo a autoridade do Conselho, ou por outra, do Inspetor Escolar d'aquele lugar, por motivo de divergência política, pois sendo aquela autoridade da política dominante, são os parentes da professora da adversa. A professora não se limita a desrespeitar os inspetores d'aquele lugar, como também a esta inspetoria, pois em papel público por ela assinado disse que Conselho era uma coisa arranjada no Serro, sendo que foi eleito o mesmo de conformidade com o Dec. N. 655 de 17 de outubro de 1893. Parece-me, portanto, que o inspetor negou-lhe certificados, foi em represália ao fato de ter ela desconhecido a autoridade d'aquele funcionário. (SI 742)

Segundo Janotti (1981), opor-se às ideias do grupo político dominante, filiar-se ou até mesmo simpatizar com outro chefe local de oposição era o suficiente para que o chefe situacionista determinasse uma punição contra o rebelado, que comumente resultava na “violência como alternativa à desobediência” (JANOTTI, 1981, p. 60). Comprovando a afirmação da autora, as fontes consultadas dão indícios de que, por vezes, as desavenças políticas entre professores e chefes locais chegavam a provocar insegurança nos docentes em relação à sua própria vida. Na cidade de Santo Antônio do Grama, município de Abre Campo, o professor Luiz Antônio Chaves chegou a ser ameaçado de morte por alguns inimigos políticos da região. Segundo a carta escrita pelo inspetor escolar Antonio Firmino e datada do dia 12 de maio de 1897, os fatos ocorridos na localidade ocorreram devido a desacordos políticos. O inspetor argumentava que,

No dia 6 do corrente mês de Maio, Francisco Xavier de Araújo, conhecido por Francisco Frade, residente em Santo Antônio do Grama, Distrito desta cidade foi a casa do professor Luiz Antônio Chaves e desfechou dois tiros de arma de fogo na janela ou outro lugar com o fim de tirar-lhe a vida; e, como não conseguisse seus maus intentos, pelas oito horas da noite do

dia 18 do corrente mês, um bando alarmado, talvez, por diversas pessoas do lugar, foram a casa do referido professor e puseram ele e família fora do distrito; e, tudo isso só porque ele pertence ao nosso grande Diretório republicano. (SI 745)

No cotidiano do trabalho, os conflitos provocados por perseguições motivadas por interesses particulares e/ou políticos se davam de forma tão intensa que, por vezes, os professores chegavam a pedir demissão do cargo, abandonavam as suas cadeiras ou pediam remoção. Na carta escrita pelo professor João Antonio Pessoa, da cadeira de Januário, para o Secretário do Interior, no dia 29 de agosto de 1895, o docente comunicava que havia desistido do magistério devido aos conflitos entre ele e o fazendeiro Lincester José Pimenta. Na carta, o professor argumentava que há mais de um ano não recebia seus pagamentos porque o delegado literário da cidade lhe negava os certificados de cumprimento dos deveres “apenas para as paixões do tal fazendeiro” (SI 775). Em outro documento, datado do dia 5 de abril de 1897, a professora Sebastiana Dias de Oliveira, da escola mista da Estação de Diamante, comunica ao inspetor municipal Major Lázaro Raymundo Gomes que havia sido obrigada a abandonar a cadeira na qual lecionava. Dizia a professora:

Levo ao vosso conhecimento, que no dia 4 do corrente me vi forçada a abandonar a cadeira mixta de instrução primaria, na Estação do Diamante, porque tendo o cidadão Camilo Gomes Teixeira, exigido o pagamento de trinta mil reis; 30.000, mensais de aluguel da casa onde funciona a escola, e tendo feito sentir ao mesmo, que conforme consta aquela casa tinha sido edificada pelo finado comendador Antonio Gomes Teixeira e Silva e por ele feito doação ao Estado, para ser criada ali uma cadeira de instrução primaria, obtive em resposta que: desocupasse a casa sob pena de ser expulsa da mesma. E assim não podendo entrar em luta com aquele cidadão e nem tendo garantias para minha, pessoa, entendi ser mais razoável retirar-me. O que vos comunico para que se digne providenciar como for de direito. (SI 747)



O caso dos professores Francisco Barsano de Lucas, Luiz Antônio Chaves, João Antonio Pessoa e das professoras Gabriela Hermínia Lopes e Sebastiana Dias de Oliveira são elucidativos de que a relação dos chefes locais com seus adversários raramente era cordial e, no cotidiano docente, não haveria de ser diferente. Os opositores dos mandatários locais poderiam sofrer diversas penalidades, desde denúncias pelo não cumprimento de seus deveres, má conduta moral, até a “desmoralização pessoal, a calúnia, o corte de crédito, agressão e expulsão” (JANOTTI, 1981, p. 60-61). As práticas de mandonismo e clientelismo político deixavam os professores vulneráveis aos interesses dos chefes locais, o que acabou interferindo diretamente na organização da carreira docente.

---

## Considerações finais

A documentação apresentada possibilita inferir que o processo de profissionalização dos professores públicos primários se fez nas relações de interdependência, que, segundo Elias (2006) é uma relação de poder. Ou seja, se por um lado a organização da carreira docente esteve condicionada a um conjunto de normatizações legais, por outro as precárias condições de trabalho acrescidas pela excessiva ingerência política, culminou na vulnerabilidade dos docentes perante as ações dos mandatários locais. Assim, a figuração da docência como função pública foi perpassada por equilíbrios diferenciados de poder entre professores, autoridades literárias e chefes políticos locais.

Nesse sentido, a teorização de Norbert Elias (2000) nos ajuda a compreender as tensões e conflitos das relações de interdependência presentes na escola pública primária. Para o autor é justamente a posição que os indivíduos ocupam nas relações de interdependência que diferencia a superioridade de forças de um

grupo em relação a outro. Para o autor, quanto maior a coesão de um grupo, mais alto também é a sua integração e seu excedente de poder, permitindo que “esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão e excluir dessas posições os membros dos outros grupos” (ELIAS, 2000, p. 22).

Do ponto de vista da cultura política, há de se problematizar que as práticas advindas da política coronelista contribuíram para que as ações de mandonismo e clientelismo se fizessem sentir no cotidiano das relações escolares, o que deixava os docentes vulneráveis às ações dos mandatários locais. Ou seja, as legislações regulamentavam a profissão no âmbito do funcionalismo público, no entanto, a ingerência dos chefes políticos teve papel relevante neste processo.

---

## Referências

### **ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Fundo da Secretaria do Interior.***

SI-731. Carta enviada pelos professores da cidade de Rio Novo. 2 de agosto de 1894.

SI-741. Carta enviada à Secretaria do Interior pelo professor Francisco Barsano de Lucas, da cadeira distrital de Buriti, município de Sete Lagoas. 25 de novembro de 1894.

SI-775. Carta enviada à Secretaria do Interior pelo professor João Antonio Pessoa, da cadeira de Januário. 29 de agosto de 1895.

SI-762. Ofício enviado à Secretaria do Interior pelos moradores de Água Limpa, município de Minas Novas. 29 de setembro de 1895.

SI-745. Carta enviada à Secretaria do Interior pelo professor Plínio Ambrosino de Ulhõa, da cadeira de Paracatu, município de Carmo da Bagagem. 23 de março de 1896.

SI-742. Relatório escrito pelo inspetor Ângelo Ribeiro de Miranda sobre a professora Gabriela Hermínia Lopes da cadeira de Rio Vermelho, município do Serro. 12 de setembro de 1896.

SI-746. Carta enviada à Secretaria do Interior pelo professor Lauro de Lagos F. de Araújo, da cadeira de S. Sebastião da Estrela, município de Além Parayba. 22 de dezembro de 1896.

SI-746. Ofício escrito por Henrique Diniz, Secretário do Interior no governo de Chrispim Jacques Bias Fortes, impondo ao professor Lauro de Lagos a pena de admoestação. 09 de fevereiro de 1897

SI-2777. Ofício enviado ao Secretário do Interior pela professora Antônia Alexandrina de Araújo, da cadeira primária de Pouso Alegre. 27 de fevereiro de 1897.

SI-747. Carta enviada à Secretaria do Interior pela professora Sebastiana Dias de Oliveira da escola mista da Estação de Diamante. 05 de abril de 1897.

SI -745. Relatório escrito pelo inspetor Antonio Firmino do município de Abre Campo, sobre o professor Luiz Antônio Chaves da cadeira de Santo Antônio do Grama. 12 de maio de 1897.

SI-735. Carta enviada ao Secretário do Interior escrita pelos fazendeiros Joaquim Batista da Silva, João Pedro Pereira, pelo lavrador Theófilo Batista da Silva e pelo segundo Juiz de Paz João José da Silveira, do distrito de São José de Gorutuba. 14 de agosto de 1897.

SI-2727. Carta enviada à Secretaria do Interior pelo inspetor Luiz Ron Pereira, do município de Santa Rita de Cássia. 17 de outubro de 1898.

SI-2727. Parecer emitido pelo Conselho Superior absolvendo o professor Isidro Garcia Pereira da acusação de não cumprimento dos deveres. 17 de junho de 1899.

---

## Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos e história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Escritos & Ensaios: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. “Fora do PRM não há salvação”: a escola e a república em Minas Gerais nas décadas iniciais do século XX, entre o regional e o nacional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 5., 2008, Aracajú. *Anais [...]*. Sergipe: UFS; UNIT, 2008.

\_\_\_\_\_. *O processo de popularização da docência, Brasil, século XIX*. 2009. No prelo.

\_\_\_\_\_. *A civilização dos professores (1835-1906)*. 2010. Tese (Professor titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2010.

Data de submissão: 29/09/2019

Data de aprovação: 30/10/2019